Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Maternidade Municipal de Peruíbe"

CNPJ: 66.518.267/0026-31

Demonstrações Contábeis Exercício de 2023

Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.628,85	436.417,81
Adiantamentos a Empregados		809,81	31.810,58
Adiantamento para Despesas		500,00	500,00
Créditos de Contratos	5	4.833.582,31	2.417.702,32
		4.836.520,97	**2.886.430,71**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	6	379.933,26	419.294,58
Intangível	7	1.231,76	1.847,60
		381.165,02	**421.142,18**
Total do Ativo		**5.217.685,99**	**3.307.572,89**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores		2.084.784,71	307.369,78
Obrigações Trabalhistas	8	519.227,46	265.737,21
Obrigações Sociais e Fiscais	9	71.294,72	150.200,45
Contas a Pagar		457.255,49	12.471,17
Provisões para Férias e Encargos	10	262.465,63	431.027,53
		3.395.028,01	**1.166.806,14**
Passivo não Circulante			
Bens Públicos em nosso poder	11	381.165,02	421.142,18
		381.165,02	**421.142,18**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		1.719.624,57	1.288.664,98
Superávit do Exercício		(278.131,61)	433.037,03
Transferências Patrimoniais		-	(2.077,44)
		1.441.492,96	**1.719.624,57**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.217.685,99**	**3.307.572,89**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	Notas	2023	2022
Receitas Líquidas	12	12.782.149,86	14.540.877,08
Contrato de Gestão nº 142/2020	13	12.742.172,70	14.678.249,96
Realização de Bens Públicos em nosso poder		39.977,16	39.918,75
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		-	(1.002,00)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		-	(176.289,63)
Custos		**(12.176.537,97)**	**(12.766.755,88)**
Pessoal e Reflexos	15	(5.315.017,92)	(5.247.945,01)
Serviços Terceirizados	16	(5.951.312,77)	(6.338.501,12)
Medicamentos e Materiais de Consumo	17	(910.207,28)	(1.180.309,75)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	22	(1.174.921,19)	(1.174.453,95)
(-) Isenção da CPP Usufruída	22	1.174.921,19	1.174.453,95
(=) Resultado Bruto		**605.611,89**	**1.774.121,20**
Despesas		**(920.602,11)**	**(1.429.360,77)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.426,25)	(2.622,07)
Despesas Gerais	18	(919.175,86)	(1.426.738,70)
Outras Receitas Operacionais		**2.183,07**	**86,47**
Despesas com Doações e Auxílios		-	86,47
Receitas com Doações		1.114,02	-
Outras Receitas		1.069,05	-
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**(312.807,15)**	**344.846,90**
Resultado Financeiro	14	**34.675,54**	**88.190,13**
Receitas Financeiras		49.845,68	93.452,71
Despesas Financeiras		(15.170,14)	(5.262,58)
Superávit do Exercício		**(278.131,61)**	**433.037,03**

Demonstração do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 E 2022 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.096.343,43**	**192.321,55**	-	**1.288.664,98**
Incorporação do Superávit/Déficit	192.321,55	(192.321,55)	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(2.077,44)	(2.077,44)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.288.664,98**	**433.037,03**	**(2.077,44)**	**1.719.624,57**
Incorporação do Superávit/Déficit	433.037,03	(433.037,03)	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(2.077,44)	-	2.077,44	-
Superávit/Déficit do Exercício		(278.131,61)	-	(278.131,61)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.719.624,57**	**(278.131,61)**	-	**1.441.492,96**

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do Exercício	(278.131,61)	433.037,03
Ajustamento de Exercício do Ativo		
Adiantamento a Empregados	31.000,77	(31.810,58)
Adiantamentos para Despesas	-	(14,00)
Impostos Recuperáveis	-	660,00
Créditos com Convênios	(2.415.879,99)	600.917,72
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	1.777.414,93	(524.054,67)
Obrigações Trabalhistas	253.490,25	18.391,10
Obrigações Sociais e Fiscais	(78.905,73)	35.742,02
Provisões para Férias e Encargos	(168.561,90)	52.584,76
Recursos Governamentais a Realizar	-	(172.036,04)
Outras Obrigações	444.784,32	12.471,17
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**(434.788,96)**	**425.888,51**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	-	(1.002,00)
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**-**	**(1.002,00)**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	-	1.002,00
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	(2.077,44)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**-**	**(1.075,44)**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(434.788,96)**	**423.811,07**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	436.417,81	12.606,74
Disponibilidades no Final do Exercício	1.628,85	436.417,81
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(434.788,96)**	**423.811,07**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Caraguatuba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Caraguatuba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe** o Contrato de Gestão nº 142/2020, celebrado em 03 de novembro de 2020, visando operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde na **Maternidade Municipal de Peruíbe**. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **• Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **• Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023. **3.b) Imobilizado (quando aplicável): • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes em 2023, mantendo as taxas definidas em 2022. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias em imóveis de terceiros: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.c) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização:** ativo intangível de vida útil definida é computado pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação do serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Demonstração do Resultado do Exercício:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função do estágio. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Bancos - Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil S.A.	1.148,79	370.430,53
Banco Santander (Brasil) S.A.	480,06	65.987,28
	1.628,85	**436.417,81**

5. Créditos de Contratos

	2023	2022
Contrato de Gestão nº 142/2020	4.833.582,31	2.417.702,32
	4.833.582,31	**2.417.702,32**

6. Imobilizado

Imobilizado de Gestão Pública	Taxa	2023	2022
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	163.741,79	163.741,79
Instalações	10%	1.400,00	1.400,00
Máquinas e Equipamentos	10%	34.570,00	34.570,00
Equipamentos de Uso Médico	10%	7.085,15	7.085,15
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	143.256,46	143.256,46
Móveis e Utensílios	10%	141.793,68	141.793,68
(-) Depreciação Acumulada		(111.913,82)	(72.552,50)
		379.933,26	**419.294,58**

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

7. Intangível

Intangível de Gestão Pública	Taxa	2023	2022
Direitos de Uso de Sistemas	20%	3.079,28	3.079,28
(-) Depreciação Acumulada		(1.847,52)	(1.231,68)
		1.231,76	**1.847,60**

8. Obrigações Trabalhistas

	2023	2022
Salários a Pagar	151.906,64	265.737,21
Rescisões a Pagar	367.320,82	-
	519.227,46	**265.737,21**

9. Obrigações Sociais e Fiscais

	2023	2022
INSS sobre Salários a Recolher	17.410,97	30.315,28
FGTS a Recolher	21.247,59	40.310,60
Contribuição Sind. a Recolher	393,52	-
IRRF sobre Salários a Recolher	28.780,87	40.334,72
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	526,08	7.872,86
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.778,09	25.085,55
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	967,60	3.538,14
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	190,00	2.743,30
	71.294,72	**150.200,45**

10. Provisões para Férias e Encargos

	2023	2022
Provisão para Férias	243.024,06	399.142,40
Provisão para FGTS sobre Férias	19.441,57	31.885,13
	262.465,63	**431.027,53**

11. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 381.165,02 em 2023 e R$ 421.142,18 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde de Peruíbe para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **12. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

13. Receita com Contrato de Gestão

	2023	2022
Contrato 142/2020	12.742.172,70	14.678.249,96
	12.742.172,70	**14.678.249,96**

14. Receitas e Despesas Financeiras

	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	49.845,63	93.265,90
Descontos Obtidos	0,05	186,81
(-) Juros Bancários	(10.432,17)	-
(-) Tarifas Bancárias	(1.099,36)	(1.081,75)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(3.638,56)	(2.913,25)
(-) Juros e Multas sobre Impostos	(0,05)	(1.267,58)
	34.675,54	**88.190,13**

15. Pessoal e Reflexos

	2023	2022
Ordenados e adicionais	3.561.223,64	3.472.606,22
13º Salários	145.636,42	285.793,71
Férias	130.066,50	369.134,24
Indenizações e Avisos Prévios	521.248,92	137.439,80
Benefícios	465.946,29	619.234,78
Contribuições ao FGTS	490.896,15	363.736,26
	5.315.017,92	**5.247.945,01**

16. Serviços Terceirizados

	2023	2022
Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas	4.921.901,08	5.273.778,37
Serviços Médicos - Pessoas Físicas	105.422,81	30.539,67
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	923.988,88	1.034.183,08
	5.951.312,77	**6.338.501,12**

17. Medicamentos e Materiais de Consumo

	2023	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	225.721,00	396.280,12
Materiais de Consumo	622.547,79	720.747,98
Materiais de Conservação	31.055,78	21.729,03
Outros Materiais e Insumos	30.882,71	41.552,62
	910.207,28	**1.180.309,75**

18. Despesas Gerais

	2023	2022
Contas de Consumo (Telefone e Internet)	6.600,00	13.475,00
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	474.744,26	615.903,70
Administrativas	396.048,68	756.205,78
Bens Não Imobilizados	1.172,60	993,25
Outras Despesas Gerais	40.610,32	40.160,97
	919.175,86	**1.426.738,70**

19. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **21. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS)**: Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **22. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal)**: A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R$ 1.174.921,19 e do ano de 2022 foi de R$ 1.174.453,95 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Imunidade das Contribuições Previdenciárias	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.153.836,62)	(1.168.346,02)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(21.084,57)	(6.107,93)
(-) Imunidade Usufruída	**0,00**	**0,00**
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.153.836,62	1.168.346,02
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	21.084,57	6.107,93
	0,00	**0,00**

23. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Peruíbe (SP), 31 de dezembro de 2023.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Maternidade Municipal de Peruíbe**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso da base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 11 de abril de 2024.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP - 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.

Relatório - Gestão em Saúde
Relatório - Contratado X Realizado
Maternidade Municipal de Peruíbe - Período: De 01 até 12/2023

Internações Hospitalares	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Saídas	660	971	660	523	1320	1494	1,13
Total	**660**	**971**	**660**	**523**	**1320**	**1494**	**1,13**

Atendimento à Urgências	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Consultas de Urgência	2250	3401	2250	2749	4500	6150	1,37
Total	**2250**	**3401**	**2250**	**2749**	**4500**	**6150**	**1,37**

SADT Externo	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Ultrassonografia (Disponibilizado)	1152	1314	1148	1296	2300	2610	1,13
Ultrassonografia (Realizado)	1152	1138	1148	1088	2300	2226	0,97
Total	**1152**	**1138**	**1148**	**1088**	**2300**	**2226**	**0,97**

Relatório - Gestão em Saúde
Relatório - Contratado X Realizado
Maternidade Municipal de Peruíbe - Período: De 01 até 12/2023
Indicadores de Qualidade

Metas Qualitativas de Pronto Atendimento de Ginecologia e Obstetrícia	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Realizar o atendimento na primeira hora em 85% dos casos	85%	85,71	85%	91,66	85%	88,685	**104,34**
Atender 100% do desejo do Acompanhante na hora do parto * Indicador teve sua meta prejudicada pois em alguns meses, as pacientes não tinham os acompanhantes disponíveis	100%	92%	100%	97%	100%	0,9442	**0,94**
Taxa de cesáreas em primipara inferior a 30%	30%	37%	30%	40%	30%	0,386	**1,29**
Taxa de episiotomia inferior a 25%	25%	2%	25%	4%	25%	0,0305	**0,12**
Assegurar que em 100% dos casos de gestação pós data seja seguido protocolo clínico	100%	100%	100%	100%	100%	1	**1,00**
Notificar 100% dos casos de Nascimento pré termo	100%	100%	100%	100%	100%	1	**1,00**
Analisar 100% dos prontuários de Óbit